

Procurador Municipal

Antes de iniciar a prova, leia as instruções:

1. Para fazer a prova, você recebeu:

- este caderno de prova;
- o cartão de respostas;
- a folha oficial de texto com canhoto de identificação.

2. Confira:

- **no cartão de respostas:** nome, número e cargo, emprego ou função da sua inscrição.
- **no caderno de prova:** cargo, emprego ou função da sua inscrição e quantidade de questões.
- **no canhoto de identificação:** se os dados impressos estão corretos.

Este caderno contém: 40 questões e Prova de Produção Escrita

Duração da prova: 4 horas

- Incluído o tempo para assinatura, preenchimento e transcrição das respostas no(s) documento(s) oficial(ais) destinado(s) à correção.
- Levar caderno: após 60 minutos de prova.
- Por questões de segurança, o candidato que sair antes desse tempo devolverá ao fiscal da sala, além do cartão de respostas, o caderno de prova.

3. Verifique, no caderno de prova e no(s) documento(s) oficial(ais) destinado(s) à correção, se:

- faltam folhas e se a sequência e a quantidade de questões estão corretas.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

4. **Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade! Não serão admitidas reclamações posteriores.**

5. A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas relacionadas ao conteúdo aos fiscais.

6. Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova, tampouco empréstimo de materiais e comunicação entre os candidatos.

7. **O cartão de respostas é o único documento válido e utilizado para a correção da prova objetiva.** Preencha-o com cuidado, marcando apenas uma alternativa para cada questão.

8. Não rabisque, rasure, amasse ou dobre o cartão de respostas. É vedada a substituição do cartão de respostas decorrente de erro do candidato.

9. Para o desenvolvimento da Prova de Produção Escrita, poderá ser utilizado o rascunho disponibilizado, porém o texto deverá ser transcrito, à tinta, em letra legível, na FOLHA OFICIAL DE TEXTO. Preencha com muita atenção, essa folha NÃO poderá ser substituída.

10. A correção da Prova de Produção Escrita será realizada na FOLHA OFICIAL DE TEXTO, **que não poderá ser assinada, rubricada e/ou conter qualquer palavra e/ou marca que identifique o candidato em outro local que não o apropriado (Canhoto de Identificação).** A FOLHA OFICIAL DE TEXTO deverá conter o mesmo número de prova constante do CANHOTO DE IDENTIFICAÇÃO, sob pena de nulidade da prova, sendo o candidato responsável pela verificação.

11. Neste momento, preencha os dados constantes no CANHOTO DE IDENTIFICAÇÃO na FOLHA OFICIAL DE TEXTO.

12. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o CARTÃO DE RESPOSTAS, devidamente preenchido e assinado, e a FOLHA OFICIAL DE TEXTO.

13. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao fiscal de sala, aguardando autorização para entregar o material.

14. Os três últimos candidatos devem permanecer em sala a fim de acompanhar o fechamento do material.

Fraudar ou tentar fraudar concursos públicos é crime previsto no art. 311-A do Código Penal.

Nome do Candidato:

Nº de Inscrição:

CVV completa 55 anos (2017)

Hoje é aniversário do CVV! 55 anos de um lindo trabalho filantrópico, voluntário, sem vinculações políticas ou religiosas, de apoio emocional e prevenção do suicídio. No livro “Viver é a melhor Opção” (2015), reservei 6 páginas para resumir a linda história da instituição.

Inspirado no trabalho dos “Samaritanos de Londres”, o CVV realiza um trabalho de escuta afetiva, guardando sigilo sobre o que é dito, sem julgamentos ou recomendações.

Imersos em uma cultura egoísta, na qual a impaciência e a intolerância predominam, o CVV abre espaço para um produto em falta no mercado: a escuta atenciosa pelo tempo que for necessário. Parece pouco, mas isso tem feito a diferença para muita gente solitária, deprimida, desamparada pelo destino ou pelos próprios amigos e parentes.

Para ser voluntário, basta ter no mínimo 18 anos e boa vontade. Há um curso de formação e escalas de plantão pré-definidas de comum acordo com quem doa seu tempo e energia para esse trabalho.

Parabéns aos 2 mil voluntários espalhados por 76 postos pelo Brasil! Mesmo sem divulgação ostensiva na mídia ou apoios consistentes de governos e empresas, o CVV realiza aproximadamente um milhão de atendimentos por ano (30% deles pela internet no CVV online).

O CVV atende pelo número 141 (188 no Rio Grande do Sul) ou pelo CVV online (cvv.org.br).

Muito orgulho desse povo que se doa de forma tão bonita na direção do outro, no caso, dos “invisíveis”, que não têm recebido a devida atenção, o amparo e a escuta necessários.

Vida longa para o CVV!

Fonte: Mundo Sustentável. Adaptado.

1) Sobre a estrutura do texto, analisar os itens.

- I. No quarto parágrafo, o autor apresenta os requisitos para que uma pessoa possa ser voluntária no CVV, bem como menciona a formação para atuar na instituição e como se dá a organização do tempo na realização dos atendimentos.
- II. O quinto parágrafo traz algumas informações numéricas importantes: número de pessoas que trabalham voluntariamente no CVV, quantidade de postos da instituição no Brasil, número aproximado de atendimentos por ano e percentual de auxílios que ocorrem via internet.
- III. No terceiro parágrafo, o autor destaca o serviço oferecido pelo CVV e traça o perfil das pessoas atendidas por essa instituição.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas no item I.
- b) Apenas nos itens I e II.
- c) Apenas nos itens I e III.
- d) Em todos os itens.

2) Considerar o fragmento do texto a seguir:

Imersos em uma cultura egoísta, na qual a impaciência e a intolerância predominam, [...].

O pronome relativo sublinhado no trecho poderia ser substituído, mantendo o mesmo sentido e a correção gramatical, por:

- a) em que
- b) a qual
- c) as quais
- d) cuja

3) Em “[...] o CVV realiza aproximadamente um milhão de atendimentos por ano [...]”, o verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o sublinhado está na alternativa:

- a) O CVV necessita da ajuda de pessoas voluntárias.
- b) Gosto muito do serviço de escuta do CVV.
- c) O CVV ajudou muitas pessoas durante a pandemia.
- d) Os voluntários acreditam na importância da escuta afetiva.

4) Sobre o emprego do acento indicativo da crase no texto, analisar os itens.

- I. Em “[...] reservei 6 páginas para resumir a linda história da instituição”, caso o termo sublinhado fosse substituído por “me referir”, o “a” subsequente deveria receber o acento indicativo da crase.
- II. No trecho “Parece pouco, mas isso tem feito a diferença para muita gente [...]”, caso o termo sublinhado fosse substituído por “mudança”, o “a” imediatamente anterior deveria receber o acento indicativo da crase.
- III. Em “Vida longa para o CVV!”, caso a parte sublinhada fosse substituída por “instituição”, alterando mais um pouco o enunciado, uma possibilidade seria: “Vida longa à instituição!”.
- IV. Na passagem “[...] que não têm recebido a devida atenção, o amparo e a escuta necessários”, se o termo destacado fosse substituído por “ganhado”, os dois “a” seguintes deveriam receber o acento indicativo da crase.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas nos itens I e II.
b) Apenas nos itens I e III.
c) Apenas nos itens I, III e IV.
d) Apenas nos itens II, III e IV.

5) No enunciado abaixo, os elementos linguísticos sublinhados expressam, CORRETA e respectivamente, sentidos de:

Embora muitos indivíduos acreditem que os gatos não se apeguem afetivamente às pessoas, alguns felinos são mais amorosos do que os cães.

- a) Concessão e comparação.
b) Concessão e proporcionalidade.
c) Causa e concessão.
d) Consequência e causa.

6) Qual é a pressuposição que pode ser feita a partir do enunciado abaixo?

Carlos deixou de beber de novo.

- a) Ele bebia pouco e começou a beber mais novamente.
b) Ele bebia e veio a parar de beber mais uma vez.
c) Ele bebia e parou na primeira tentativa.
d) Ele deseja começar a beber novamente.

7) Qual das frases foi redigida CORRETAMENTE?

- a) Precisam-se de mecânicos.
b) Vende-se casas e apartamentos.
c) Eu queria saber o por quê do atraso somente.
d) Coma seus vegetais, senão ficará sem sobremesa.

8) Com base na classificação das classes de palavras da língua portuguesa, relacionar as colunas e assinalar a sequência correspondente.

- (1) Variável, pois pode ser flexionada.
(2) Invariável, pois não pode ser flexionada.

- () Portanto.
() Batata frita.
() Divertido.
() No entanto.

- a) 2 - 1 - 1 - 2.
b) 2 - 1 - 2 - 1.
c) 1 - 2 - 2 - 1.
d) 1 - 2 - 1 - 2.

9) Com base nas diferenças entre conotação e denotação, relacionar as colunas e assinalar a sequência correspondente.

- (1) Denotação.
(2) Conotação.

- () A competição está pegando fogo!
() A bateria dessa criança não acaba nunca?
() Eu senti a brisa do mar em meu rosto.

- a) 2 - 2 - 1.
b) 1 - 1 - 2.
c) 2 - 1 - 2.
d) 1 - 2 - 1.

10) Considerando-se os enunciados abaixo e a regência dos verbos sublinhados, avaliar se as afirmativas são certas (C) ou erradas (E) e assinalar a sequência correspondente.

- () Você gosta de assistir filmes tão longos assim?
() Ele nunca obedece o pai.
() Neste colégio, visamos ao sucesso.

- a) C - E - E.
b) E - C - E.
c) C - E - C.
d) E - E - C.

CONHECIMENTOS GERAIS | 8 QUESTÕES

11) Delegacias de todo o país registraram 34 mil casos de estupro no primeiro semestre de 2023. Mais de 70% desses casos foram registrados como de estupro de vulnerável, ou seja, envolvendo vítimas:

- a) Sem recursos financeiros suficientes para se defender.
- b) Que vivem em instituições de longa permanência.
- c) Com menos de 14 anos de idade ou incapazes de consentir.
- d) De baixa renda ou sem ensino superior.

12) O Dia da Consciência Negra é a data dedicada para a valorização da cultura afro-brasileira e das pessoas negras no Brasil. Esta data foi instituída em 20 de novembro devido à morte de:

- a) Machado de Assis, reconhecido como principal nome do Realismo no Brasil.
- b) Zumbi dos Palmares, grande líder na resistência contra a escravidão no País.
- c) João Cândido, conhecido como Almirante Negro, principal líder da Revolta da Chibata.
- d) Luís Gama, um dos patronos da abolição da escravidão no Brasil.

13) A Declaração Universal dos Direitos Humanos completou 70 anos em 2018. Ela dispõe dos direitos fundamentais que devem ser garantidos a todo cidadão. A declaração foi oficializada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em um cenário pós:

- a) Guerra Fria.
- b) Primeira Guerra Mundial.
- c) Guerra da Ucrânia.
- d) Segunda Guerra Mundial.

14) A ética no serviço público é o conjunto de princípios que orientam a conduta dos agentes públicos em prol do bem comum. Considerando isso, a ética no serviço público está diretamente ligada:

- a) À obtenção de vantagens particulares.
- b) À negação dos valores morais da sociedade.
- c) À defesa dos interesses privados.
- d) Ao cumprimento de leis e normas.

15) Um funcionário vê inúmeros defeitos na forma de gestão de seu chefe e, insatisfeito, frequentemente fala mal dele para os colegas, buscando apoio para reafirmar suas convicções. Considerando-se as boas práticas de relacionamento interpessoal e trabalho em equipe no ambiente de trabalho, essa conduta é:

- a) Adequada, porque todos têm direito a expressar suas opiniões sobre a gestão.
- b) Adequada, porque faz com que a liderança perceba como está agindo de forma equivocada.
- c) Inadequada, porque promove um ambiente de trabalho negativo e desrespeitoso.
- d) Inadequada, porque evita conflitos e reafirma a autoridade do gestor.

16) A prevenção e o conhecimento sobre medidas de segurança contra incêndios são essenciais para um ambiente de trabalho seguro. Sobre o assunto, avaliar se as afirmativas são certas (C) ou erradas (E) e assinalar a sequência correspondente.

- () Armazenar materiais inflamáveis sem rotulagem apropriada ou próximos à eletricidade.
- () Realizar treinamentos periódicos a respeito de incêndios, sua prevenção e medidas de segurança.
- () Sinalizar apropriadamente equipamentos, como extintores, e saídas de emergência.

- a) E - C - C.
- b) C - E - C.
- c) E - E - C.
- d) C - C - E.

17) Os periféricos são dispositivos, ou componentes, conectados a um computador para expandir suas capacidades de entrada, saída ou armazenamento de dados. Qual dos componentes listados pode ser classificado como um periférico de entrada?

- a) Teclado.
- b) Monitor.
- c) Impressora.
- d) Caixa de som.

18) Navegadores web e serviços de nuvem são termos relacionados à internet. Sobre suas funções, analisar os itens.

- I. Navegadores web: softwares que permitem o acesso à web (como Google Chrome e Mozilla Firefox).
- II. Serviços de nuvem: permitem o armazenamento e processamento de dados em servidores remotos acessíveis via internet (como Google Drive e Amazon Web Services).

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas no item I.
- b) Apenas no item II.
- c) Em nenhum dos itens.
- d) Em ambos os itens.

LEGISLAÇÃO | 6 QUESTÕES

19) Conforme a Constituição Federal, o Brasil é formado pela união indissolúvel dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, constituindo-se em Estado Democrático de Direito e tendo como fundamento:

- a) A submissão à tortura e tratamento degradante.
- b) O repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- c) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- d) A livre manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.

20) Segundo a Constituição Federal, a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis será feita através de:

- a) Medida provisória.
- b) Lei complementar.
- c) Decreto legislativo.
- d) Lei ordinária.

21) Fundamentando-se na Lei Orgânica do Município, na prestação de serviços públicos, NÃO é considerado requisito:

- a) Regularidade.
- b) Disponibilidade.
- c) Eficiência.
- d) Continuidade.

22) Conforme a Lei Orgânica do Município, o processo legislativo compreende a elaboração de:

- a) Resoluções e moções.
- b) Portarias e leis ordinárias.
- c) Decretos legislativos e leis complementares.
- d) Medidas provisórias e resoluções.

23) Em concordância com a Lei nº 675/1990 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais, a vantagem acessória ao vencimento de um servidor, criada para atender a encargos que não constituem atribuições próprias de cargos do Quadro Permanente da Prefeitura, chama-se de:

- a) Cargo laureado.
- b) Função gratificada.
- c) Cargo excepcional.
- d) Função qualificada.

24) Em conformidade com a Lei nº 735/1991 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, o concurso público terá a validade de:

- a) Dois anos, podendo ser prorrogado duas vezes, por metade do período.
- b) Até um ano, podendo ser prorrogado duas vezes, por igual período.
- c) Até dois anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
- d) Dois anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS | 16 QUESTÕES

25) Sobre a Constituição Federal, é CORRETO afirmar que ela:

- a) Assegura a casa como asilo inviolável do indivíduo, ninguém podendo nela penetrar sem consentimento do morador, incluindo em caso de flagrante delito.
- b) Ratifica a prerrogativa do *habeas corpus* sempre que alguém é coagido em sua liberdade de locomoção por abuso de poder.
- c) Permite a plena liberdade de associação para fins lícitos, sendo admitida a de caráter paramilitar.
- d) Garante a concessão da extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

26) Nos termos da Lei nº 14.133/2021 — Lei de Licitações e Contratos Administrativos, sobre as modalidades de garantia admitidas, analisar os itens.

- I. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- II. Nomeação de bens à penhora.
- III. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- IV. Seguro-garantia.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas nos itens I e II.
- b) Apenas nos itens I e III.
- c) Apenas nos itens I, III e IV.
- d) Apenas nos itens II, III e IV.

27) O Secretário de Administração do Município X editou ato de competência exclusiva do Prefeito, sem possibilidade de delegação. Nesse caso, o ato foi praticado com:

- a) Abuso de poder, espécie do gênero desvio de poder.
- b) Abuso de poder, espécie do gênero excesso de poder.
- c) Desvio de poder, espécie do gênero abuso de poder.
- d) Excesso de poder, espécie do gênero abuso de poder.

28) A Lei nº 8.429/1992 — Lei de Improbidade Administrativa garante que o sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social. De acordo com a Lei, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público competente, para as providências necessárias.
- b) O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido, salvo testamento dispondo o contrário.
- c) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Procurador competente, para as providências necessárias.
- d) O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo independentemente do valor da herança ou do patrimônio transferido.

29) No Estado de Povo Alegre, foi instaurado um processo administrativo disciplinar. Após ser instalada a comissão e analisados os autos, deve ser promovida a notificação prévia do acusado XYZ. A obrigatoriedade de se notificar o acusado decorre:

- a) Da aplicação dos princípios do contraditório, da publicidade e da ampla defesa.
- b) Da interpretação do art. 156 da Lei nº 8.112 e da aplicação dos princípios do contraditório e da ampla defesa.
- c) Da aplicação dos princípios do contraditório e da moralidade.
- d) Da interpretação do art. 154 da Lei nº 8.112 e da aplicação dos princípios da legalidade e da publicidade.

30) Em conformidade com a Constituição Federal, é CORRETO afirmar que o ingresso na carreira do Ministério Público ocorre:

- a) Mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.
- b) Mediante concurso público de provas, assegurada a participação da Advocacia-Geral da União em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, cinco anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.
- c) Mediante concurso público de provas, títulos e vida pregressa, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, cinco anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.
- d) Mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Advocacia-Geral da União em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, um ano de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.

31) Com relação às regras aplicadas aos Servidores Públicos pela Constituição Federal, analisar os itens.

- I. É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- II. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão mensalmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
- III. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
- IV. A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas nos itens I e II.
- b) Apenas nos itens I e III.
- c) Apenas nos itens I, III e IV.
- d) Apenas nos itens II, III e IV.

32) Conforme preceitua o Código Civil, a autonomia da vontade do indivíduo se manifesta de forma peculiar na disposição testamentária. Por meio desse ato, o testador, enquanto detentor da capacidade civil, tem a faculdade de determinar o destino de seus bens após o falecimento. Sobre a sucessão testamentária, é CORRETO afirmar que:

- a) A incapacidade superveniente do testador invalida o testamento, e o testamento do incapaz só se valida com a superveniência da capacidade.
- b) O testamento, enquanto ato personalíssimo e unilateral, é passível de revogação ou modificação a qualquer tempo pelo testador, em exercício de sua autonomia privada.
- c) A ausência de testemunhas no testamento particular, regra geral, acarreta a nulidade do ato, não sendo admissível sua convalidação judicial.
- d) As disposições testamentárias de caráter não patrimonial só terão validade se estiverem diretamente relacionadas às disposições patrimoniais.

33) A fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional e a possibilidade de corrigir eventuais falhas ou equívocos nas decisões judiciais, o ordenamento jurídico brasileiro prevê os recursos em espécie, os quais conferem às partes o direito de submeter essas decisões à revisão por órgão jurisdicional superior, buscando sua reforma, anulação ou complementação. Acerca destes recursos, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) A interposição da apelação é apropriada contra acórdão de órgão fracionário que, em sede de recurso extraordinário ou especial, diverge, no mérito, de outro julgado proferido pelo mesmo tribunal.
- b) A interposição do recurso extraordinário é admissível nas questões decididas na fase cognitiva, quando a decisão interlocutória não admitir agravo de instrumento, não se sujeitando à preclusão, podendo ser arguidas em sede de recurso, em preliminar ou nas contrarrazões, a depender do momento processual oportuno.
- c) A interposição de agravo de instrumento é pertinente nos casos de revisão de decisões monocráticas proferidas por relatores, sendo o órgão colegiado o competente para o seu julgamento, observadas as normas processuais regimentais.
- d) A interposição de embargos de declaração é cabível contra qualquer decisão judicial que contenha obscuridade ou contradição, a fim de que seja promovida a sua correção.

34) A obrigação tributária compreende as modalidades principal e acessória, segundo a Lei nº 1.695/2019 — Código Tributário do Município. Sobre isso, analisar os itens.

- I. A inobservância da obrigação acessória gera multa.
- II. A obrigação principal decorre da lei e visa auxiliar a administração tributária.
- III. A obrigação acessória nasce com o fato gerador e visa ao pagamento de tributo ou penalidade.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas no item I.
- b) Apenas no item II.
- c) Apenas nos itens I e III.
- d) Em todos os itens.

35) A rede social Y.com, sediada no México, recebeu uma ordem judicial específica de uma autoridade judicial brasileira para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível certo conteúdo apontado como infringente a um usuário localizado no Brasil. Mesmo assim, a rede Y.com não tomou as providências e alegou que a sua atividade é exercida por pessoa jurídica localizada no exterior. Neste caso, a lei brasileira:

- a) É aplicável ao caso, ainda que a rede Y.com não possua filial no Brasil.
- b) É aplicável ao caso, mas somente se a rede Y.com possuir filial ou qualquer forma de representação no Brasil.
- c) Não se aplica, devendo ser aplicada a lei americana, por se tratar de domínio .com.
- d) Não se aplica, devendo ser aplicada a lei mexicana, por ser o domicílio da pessoa jurídica.

36) O adicional noturno garante recompensa ao empregado que labora em horário que, via de regra, é destinado ao descanso. Em relação ao adicional noturno e com base na doutrina majoritária e na Consolidação das Leis Trabalhistas, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) Salvo nos casos de revezamento bimestral e semestral, o trabalho noturno terá remuneração superior a do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 20%, pelo menos, sobre a hora diurna.
- b) Considera-se trabalho noturno em ambiente urbano aquele executado entre as 22 horas de um dia e as 6 horas do dia seguinte.
- c) Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior a do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 50%, pelo menos, sobre a hora diurna.
- d) Considera-se trabalho noturno em ambiente rural agrícola aquele executado entre as 21 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.

37) A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social. Nos termos da Lei nº 8.212/1991, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) A contribuição do empregador doméstico é de 8% do salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço.
- b) Constitui receita da Seguridade Social a renda bruta dos concursos de prognósticos, excetuando-se os valores destinados ao Programa de Aposentadoria Preventiva Educativo.
- c) A contribuição do empregador doméstico é de 7% do salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço.
- d) Constitui receita da Seguridade Social 20% renda bruta dos concursos de prognósticos, excetuando-se os valores destinados ao Programa de Aposentadoria Preventiva Educativo.

38) Com previsão legal na CLT, férias é o período de descanso remunerado concedido anualmente ao empregado. A quantidade de dias de férias vai depender da quantidade de faltas injustificadas que o trabalhador teve durante o período aquisitivo. Nesse sentido, segundo a CLT, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) M. presta serviços da empresa Alfa e, durante o seu período aquisitivo de férias, precisou faltar no trabalho justificadamente por 05 dias. Por isso, M. terá direito a 35 dias de férias.
- b) J. presta serviços da empresa Beta e, durante o seu período aquisitivo de férias, precisou faltar no trabalho injustificadamente por 07 dias. Por isso, J. terá direito a 25 dias de férias.
- c) N. presta serviços da empresa Gama e, durante o seu período aquisitivo de férias, precisou faltar no trabalho injustificadamente por 16 dias. Por isso, N. terá direito a 18 dias de férias.
- d) G. presta serviços da empresa Delta e, durante o seu período aquisitivo de férias, precisou faltar no trabalho injustificadamente por 30 dias. Por isso, G. não terá direito às férias.

39) A Lei nº 4.729/1965 define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências. Sendo assim, nos termos expressos da Lei, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) Quando pessoa física, a responsabilidade penal pelas infrações previstas nesta Lei será de todos os que, direta ou indiretamente ligados a esta, de modo permanente ou eventual, tenham praticado ou concorrido para a prática da sonegação fiscal.
- b) As autoridades administrativas que tiverem conhecimento de crime previsto nesta Lei, inclusive em autos e papéis que conhecerem, sob pena de responsabilidade, remeterão ao Ministério Público os elementos comprobatórios da infração, para instrução do procedimento criminal cabível.
- c) As autoridades administrativas que tiverem conhecimento de crime previsto nesta Lei, inclusive em autos e papéis que conhecerem, sob pena de responsabilidade, remeterão à AGU os elementos comprobatórios da infração, para instrução do procedimento criminal cabível.
- d) Quando pessoa física, a responsabilidade penal pelas infrações previstas nesta Lei será de todos os que, diretamente ligados a esta, de modo permanente, tenham praticado ou concorrido para a prática da sonegação fiscal.

40) O princípio da legalidade tributária é um dos princípios fundamentais do Direito Tributário, mas comporta exceções. Nos termos da Lei nº 5.172/1966 — Código Tributário Nacional, sobre as matérias submetidas à reserva de lei, analisar os itens.

- I. Hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades.
- II. Cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas.
- III. Majoração de tributos, sua redução, ou a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.
- IV. Fixação de alíquota do tributo e da sua base de cálculo, em qualquer hipótese.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas nos itens I e II.
- b) Apenas nos itens I e III.
- c) Apenas nos itens I, III e IV.
- d) Apenas nos itens II, III e IV.

PROVA PRODUÇÃO ESCRITA - RASCUNHO

ORIENTAÇÕES:

A folha oficial de texto **NÃO** poderá conter rabisco e/ou rasura, tampouco ser identificada, assinada, rubricada e/ou conter qualquer palavra e/ou marca que identifique o candidato em outro local que não o apropriado (no canhoto de identificação destacável), cabendo ao candidato rigoroso cuidado, sob a pena de nulidade de sua prova. Caso seja necessária assinatura, o candidato deverá utilizar apenas a palavra "Assinatura".

Não será avaliado texto (qualquer fração de texto) que ultrapassar o limite máximo de linhas. Linhas em branco e/ou preenchidas com menos da metade do seu espaço total não serão contabilizadas como linha completa na contagem do número mínimo de linhas exigido. O candidato receberá nota 0 (zero) na prova de produção escrita quando: **a)** não abordar o tema e/ou teor técnico proposto; **b)** o texto: for ilegível; escrito em língua estrangeira; não for escrito à caneta; **c)** apresentar número de linhas inferior ao mínimo exigido; **d)** não houver texto na folha oficial de texto; **e)** for mera transcrição de dispositivos legais.

PROPOSTA:

A Prefeitura Municipal X deseja contratar, por meio de inexigibilidade de licitação, uma empresa para prestação de serviços de assessoria jurídica, alegando que a empresa tem notória especialização e detém um histórico de sucesso em ações judiciais desenvolvidas no município. A justificativa do gestor é que essa empresa já prestou serviços anteriormente com resultados esmagadores e, portanto, seria a escolha mais adequada para garantir a continuidade dos bons resultados.

Entretanto, o Tribunal de Contas do Estado questionou a legalidade da contratação por inexigibilidade, argumentando que não há comprovação de que apenas essa empresa seja capaz de prestar o serviço e que a contratação poderia ferir os princípios de isonomia e competitividade.

Como Procurador Municipal, elabore um Parecer Jurídico, em língua portuguesa, **de no mínimo 15 e no máximo 25 linhas**, analisando a situação à luz da Lei de Licitações (nº 14.133/2021), em especial sobre os critérios de inexigibilidade, e forneça uma orientação final sobre a legalidade da contratação pretendida.

Utilize este espaço para **rascunho** e passe-o a limpo na **FOLHA OFICIAL DE TEXTO**.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	